



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

2. Gestão Administrativa

2.1. Considerações iniciais

Nesse capítulo será apresentada inicialmente a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, elencando a legislação estadual que promoveu as principais mudanças no âmbito dos órgãos e entidades que compõem essa estrutura administrativa em 2012.

Em seguida, será procedida à análise do quadro de pessoal permanente e temporário do Poder Executivo com o objetivo de quantificar, comparar e demonstrar as principais modificações ocorridas nos últimos anos. Ao final, serão tratados os cargos efetivos, comissionados e funções gratificadas do Poder Executivo.

2.2. Estrutura Administrativa do Poder Executivo

A Lei Estadual 14.264/2011 dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo do Estado de Pernambuco. Nela constam os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta que integram o Poder Executivo.

Com base na Lei Estadual 14.264/2011 foi elaborado o quadro a seguir, apresentado os órgãos e entidades integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado.

Quadro 1 - Estrutura Administrativa do Poder Executivo

| A. ADMINISTRAÇÃO DIRETA | B. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA |
|---|--|
| ÓRGÃOS: | ENTIDADES: |
| Governadoria do Estado | Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE |
| Gabinete do Governador | |
| Gabinete do Vice-Governador | |
| Secretaria de Articulação Social e Regional | |
| Secretaria de Administração | Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH-PE |
| | Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI |
| | Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE |
| | Pernambuco Participações e Investimentos S/A – PERPART |
| Secretaria de Ciência e Tecnologia | Distrito Estadual de Fernando de Noronha |
| | Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia – FACEPE |
| | Universidade de Pernambuco – UPE |
| Secretaria de Desenvolvimento Econômico | Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE |
| | Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco – IPEM |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

| A. ADMINISTRAÇÃO DIRETA | B. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA |
|---|---|
| ÓRGÃOS: | ENTIDADES: |
| | Complexo Industrial e Portuário – SUAPE |
| | Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco S/A – AD-DIPER |
| | Porto Fluvial de Petrolina S/A |
| | Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS |
| | Porto de Recife S.A. |
| Secretaria de Defesa Social | |
| Secretaria de Educação | |
| Secretaria da Fazenda | |
| Secretaria de Transportes | Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER-PE |
| Secretaria de Planejamento e Gestão | Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM. |
| Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos | |
| Secretaria de Saúde | Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco – HEMOPE |
| | Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco – LAFEPE |
| Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária | Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco – ITERPE |
| | Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA. |
| Secretaria das Cidades | Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-PE |
| | Companhia Estadual de Habitação e Obras – CEHAB |
| | Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco – COPERTRENS |
| | Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM |
| Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos | Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC |
| | Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA |
| Secretaria de Turismo | Empresa de Turismo de Pernambuco S/A – EMPETUR |
| Procuradoria Geral do Estado | |
| Secretaria da Casa Civil | Companhia Editora de Pernambuco – CEPE |
| Secretaria de Cultura | Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE |
| Secretaria de Imprensa | |
| Secretaria do Trabalho Qualificação e Empreendedorismo | Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S/A |
| Secretaria dos Esportes | |
| Secretaria da Mulher | |
| Secretaria da Casa Militar | |
| Secretaria da Controladoria Geral do Estado | |
| Secretaria de Assessoria ao Governador | |
| Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade | Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

| A. ADMINISTRAÇÃO DIRETA | B. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA |
|--|---|
| ÓRGÃOS: | ENTIDADES: |
| Secretaria da Criança e da Juventude | Fundação de Atendimento Sócio-Educativo |
| Secretaria Extraordinária da Copa 2014 | |
| Secretaria do Governo | |

Fonte: Lei Estadual 14.264/2011

Com base no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, referente ao exercício de 2012, foi elaborado o quadro a seguir que relaciona as leis e decretos que promoveram as principais mudanças no âmbito dos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo.

Quadro 2 – Legislação estadual que produziu as principais mudanças no âmbito da estrutura administrativa do Poder Executivo no exercício de 2012

| LEGISLAÇÃO ESTADUAL | DATA | ASSUNTO |
|----------------------------|-------------|---|
| Dec. 37.776 | 16.01.2012 | Aprova o Regulamento da Secretaria de Imprensa do Estado de Pernambuco e dá outras providências. |
| Dec. 37.828 | 02.02.2012 | Cria o Instituto de Gestão Pública de Pernambuco - “GESTÃO/PE” na estrutura organizacional da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco. |
| Dec. 37.828 | 02.02.2012 | Cria o Instituto de Gestão Pública de Pernambuco - “GESTÃO/PE” na estrutura organizacional da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco, de 14 de fevereiro de 2012 – Aprova o Regulamento da Secretaria da Casa Militar, e dá outras providências. |
| Dec. 37.953 | 08.03.2012 | Aprova o Regulamento da Secretaria da Criança e da Juventude, e dá outras providências. |
| Dec. 37.956 | 09.03.2012 | Modifica o Decreto 36.305, de 14 de março de 2011, que aprova o Regulamento da Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE. |
| Dec. 37.971 | 12.03.2012 | Altera o Decreto 37.387, de 10 de novembro de 2011, que aprova o Regulamento da Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC, e dá outras providências. |
| Lei Complementar 201 | 21.03.2012 | Fixa novos valores de vencimento base do cargo público que indica, (Professor, integrantes do respectivo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, instituído pela Lei 11.559, de 10 de junho de 1998, e alterações), e determina outras providências. |
| Errata do Dec. 37.953 | 08.03.2012 | Aprova o Regulamento da Secretaria da Criança e da Juventude, e dá outras providências. |
| Lei 14.622 | 16.04.2012 | Revoga a Lei 10.635, de 29 de outubro de 1991, que institui a Gratificação de Produtividade em Serviços de Saúde, e dá outras providências. |
| Dec. 38.106 | 25.04.2012 | Aprova o Regulamento da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, e dá outras providências. |
| Dec. 38.139 | 30.04.2012 | Altera o Decreto Estadual 29.971, de 01 de dezembro de 2006, que aprovou o Estatuto da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia – FACEPE. |
| Dec. 38.155 | 04.05.2012 | Revoga o Decreto 38.139, de 30 de abril de 2012, que alterou o Decreto Estadual 29.971, de 01 de dezembro de 2006, que aprovou o Estatuto da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia – FACEPE e dá outras providências. |
| Lei 14.661 | 18.05.2012 | Cria cargos comissionados e funções gratificadas para compor a estrutura |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

| LEGISLAÇÃO ESTADUAL | DATA | ASSUNTO |
|-----------------------|------------|---|
| | | da Secretaria de Saúde, e dá outras providências. |
| Dec. 38.228 | 30.05.2012 | Altera o Decreto 36.951, de 10 de agosto de 2011, que aprovou o Regulamento da Secretaria de Administração, e dá outras providências. |
| Dec. 38.239 | 01.06.2012 | Aprova o Regulamento da Secretaria da Criança e da Juventude, e dá outras providências. |
| Dec. 38.257 | 05.06.2012 | Altera o Estatuto Social e a estrutura organizacional da Empresa SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, e dá outras providências. |
| Dec. 38.308 | 15.06.2012 | Altera o Anexo Único do Decreto nº 29.971, de 01 de dezembro de 2006, que aprovou o Estatuto da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia – FACEPE. |
| Dec. 38.402 | 02.07.2012 | Aprova o Regulamento da Secretaria das Cidades, e dá outras providências. |
| Dec. 38.447 | 23.07.2012 | Aprova o Regulamento do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN/PE, e dá outras providências. |
| Errata do Dec. 38.421 | 11.07.2012 | Modifica o Decreto 37.561, de 1º de dezembro de 2011, que aprova o Regulamento da Secretaria da Fazenda, e dá outras providências. |
| Lei Complementar 207 | 31.08.2012 | Altera o artigo 2º da Lei Complementar 179, de 11 de julho de 2011, que define enquadramento, reajusta a remuneração dos cargos públicos que indica, e determina providências correlatas. |
| Lei 14.761 | 31.08.2012 | Cria os cargos comissionados de provimento em comissão que indica |
| Lei 14.874 | 11.10.2012 | Cria a Gratificação de Exercício em Unidade Socioeducativa – GEUS que indica. |
| Dec. 38.719 | 15.10.2012 | Aprova o Manual de Serviços e o Quadro de Funções Gratificadas da Secretaria de Imprensa e dá outras providências. |
| Dec. 38.766 | 26.10.2012 | Altera o Anexo I do Decreto 35.521, de 30 de agosto de 2010, que aprova o Regulamento do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco – IPEM/PE, e dá outras providências. |
| Lei 14.817 | 31.10.2012 | Altera a Lei 13.487, de 1º de julho de 2008, que cria as gratificações que indica, no âmbito da Secretaria de Defesa Social, e dá outras providências. |
| Lei Complementar 215 | | Fixa novos valores de vencimento base dos cargos públicos que indica, (Auxiliar de Trânsito, de Assistente de Trânsito e de Analista de Trânsito), integrantes do Grupo Ocupacional de Trânsito, e determina outras providências. |
| Dec. 38.803 | 05.11.2012 | Aprova o Regulamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. |
| Lei Complementar 218 | 08.11.2012 | Altera a Lei Complementar 134, de 23 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a carreira de Praça e o Quadro de Oficiais de Administração nas Corporações Militares Estaduais, sobre o Quadro de Especialistas da Polícia Militar de Pernambuco - PMPE, e dá outras providências. |
| Lei Complementar 219 | 08.11.2012 | Fixa novos valores de vencimento base dos cargos públicos que indica, (Auxiliar Administrativo em Defesa Social; de Assistente Técnico em Defesa Social; de Analista Técnico em Defesa Social; de Professor e de Odontólogo, integrantes do Grupo Ocupacional Gestão Técnico Administrativa), vinculado à Secretaria de Defesa Social – SDS / Polícia Militar do Estado de Pernambuco – PMPE), e determina outras providências. |
| Lei 14.829 | 08.11.2012 | Cria Gratificações de Supervisão de Saúde que indica, e dá outras providências. |
| Lei 14.829 | 08.11.2012 | Cria Gratificações de Supervisão de Saúde que indica, e dá outras providências. |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

| LEGISLAÇÃO ESTADUAL | DATA | ASSUNTO |
|----------------------|------------|--|
| | | providências. |
| Lei 14.841 | 22.11.2012 | Altera a Lei 13.186, de 09 de janeiro de 2007, que dispõe sobre os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado. |
| Lei 14.844 | 22.11.2012 | Modifica a Lei nº 11.304, de 28 de dezembro de 1995, e alterações, que institui o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, aprova a sua Lei Orgânica, dispõe sobre medidas de natureza administrativa, e dá outras providências. |
| Dec. 38.936 | 07.12.2012 | Altera o Anexo I do Decreto nº 37.160, de 23 de setembro de 2011, que institui o Plano Diretor - SUAPE 2030 e dispõe sobre o ordenamento do solo da Empresa SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. |
| Lei Complementar 220 | 07.12.2012 | Fixa novos valores de vencimento base dos cargos públicos que indica (cargo público de Jornalista, integrante do Grupo Ocupacional Comunicação – “GC” e cargo público de Assessor Jurídico do Estado, de simbologia “AJE”) e dá outras providências. |
| Lei Complementar 223 | 10.12.2012 | Altera a redação do inciso IV do art. 190 da Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968, Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. |
| Lei Complementar 224 | 14.12.2012 | Institui, no âmbito da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, e determina outras providências. |
| Lei Complementar 225 | 14.12.2012 | Dispõe sobre a criação do cargo que indica, fixa sua remuneração, e dá outras providências (Quadro Próprio de Pessoal Permanente da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE, o cargo público de Analista em Gestão Socioeducativa – AGSE, de provimento efetivo, de nível superior). |
| Lei 14.896 | 14.12.2012 | Cria os cargos comissionados e as funções gratificadas que indica, e dá outras providências. |
| Lei 14.887 | 14.12.2012 | Altera o Anexo I da Lei 13.487, de 1º de julho de 2008 e alterações, que cria as gratificações que indica, no âmbito da Secretaria de Defesa Social, e dá outras providências. |
| Lei 14.892 | 14.12.2012 | Institui a Gratificação de Serviço de Fiscalização – GSF, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco- DETRAN, e dá outras providências. |
| Lei 14.887 | 14.12.2012 | Altera o Anexo I da Lei 13.487, de 1º de julho de 2008 e alterações, que cria as gratificações que indica, no âmbito da Secretaria de Defesa Social, e dá outras providências. |
| Lei 14.890 | 14.12.2012 | Altera a Lei 14.320, de 27 de maio de 2011, que estabelece novo disciplinamento para a concessão da Gratificação Pacto Pela Vida - GPPV aos Policiais Cívicos e Policiais Militares, e dá outras providências. |
| Lei Complementar 226 | 21.12.2012 | Institui, no âmbito da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI, Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, e determina outras providências. |
| Dec. 38.990 | 26.12.2012 | Altera o Estatuto da Sociedade de Economia Mista Porto do Recife S.A., e dá outras providências. |
| Dec. 38.997 | 27.12.2012 | Introduz alterações no Decreto 37.561, de 1º de dezembro de 2011, que aprova o Regulamento da Secretaria da Fazenda, e dá outras providências. |

Fonte: Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Exercício 2012



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

2.3. Quadro de Pessoal Permanente e Temporário do Poder Executivo

Ao final do exercício de 2012, o quadro de pessoal do Poder Executivo apresentava 101.041 servidores ocupantes de cargos efetivos, 3.181 comissionados, 7.353 empregados públicos¹, além de 26.248 contratados temporários², conforme dados fornecidos pela Secretaria de Administração através dos Ofícios SEPRI 144/2013, 187/2013, 239/2013.

Tabela 1- Quadro de Pessoal do P. Executivo do Estado de PE - em 31.12.2012

| | |
|--|---------------|
| EFETIVOS | 101.041 |
| COMISSIONADOS | 3.169 |
| <i>Vínculo com a administração pública</i> | 1.222 |
| Poder Executivo do Estado de Pernambuco | 1.108 |
| Demais Poderes/Outras esferas | 114 |
| <i>Sem vínculo com administração pública</i> | 1.947 |
| EMPREGADOS PÚBLICOS | 7.353 |
| CONTRADOS TEMPORÁRIOS | 26.248 |

Fonte: Ofício SEPRI 144/2013, Anexo II/Ofício SEPRI 187/2013, Anexos I, III e V, da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

Nota: Os cargos comissionados da Defensoria Pública (12) foram excluídos, pois ela não compõe a estrutura administrativa do Poder Executivo (Lei estadual 14.264/2011).

Diante desses dados iniciais, faz-se necessário tecer alguns comentários a seguir.

A proporção entre o quantitativo de contratados temporários do Poder Executivo (26.248) e o seu quadro de efetivos (101.041) era de 26% ao final de 2012, mantendo-se quase na mesma proporção apresentada em 2011 (27%).

¹ Os *empregados públicos* são contratados sob regime de legislação trabalhista e são vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Embora subordinados à CLT, submetem-se às normas constitucionais previstas no capítulo VII, do Título III, da Constituição Federal, dentre essas, o ingresso no serviço público mediante processo seletivo por via de concurso.

² A Constituição Federal consagrou, no artigo 37, inciso II, o *concurso público* como regra geral para ingresso em cargo ou emprego na administração pública, ressalvada as nomeações para cargo em comissão de livre nomeação e exoneração. Entretanto, o legislador constitucional abriu uma *exceção na redação do inciso IX, do artigo 37*, que assim dispõe: “a lei estabelecerá casos de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público”. Dessa forma, prevendo o surgimento de situações inusitadas em que prevalece o interesse público, tornou possível a ocorrência de contratações excepcionais por tempo determinado para atender necessidade temporária. Há que se ressaltar, que esses *servidores temporários são contratados para exercer uma função temporária na administração pública*, portanto, não ocupam cargo ou emprego público.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Enquanto o quantitativo de servidores efetivos em 2012(101.041) apresentou redução de 1.876 servidores em comparação a 2011 (102.917³), havendo uma *diminuição de 2%* do quadro de efetivos, o quantitativo de *comissionados* em 2012 (3.181) obteve *acréscimo de 142* comissionados em comparação a 2011 (3.027), ocorrendo um *aumento de 4,7%*.

Do total de 3.169 comissionados, 1.108 cargos foram providos por servidores que possuem vínculo com o Poder Executivo, 114 possuem vínculo com demais Poderes do Estado ou outras esferas da administração pública e 1.947 por servidores sem vínculo.

Portanto, 38,56% dos cargos comissionados foram providos por servidores que possuem vínculo com a administração pública. O restante (61,44%) por servidores sem vínculo, conforme ilustra o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Percentual de comissionados por vínculo - em 31.12.2012



Fonte: Ofício SEPRI 144/2013, Anexo II da Secretaria de Administração.

Nota: Os cargos comissionados da Defensoria Pública (12) foram excluídos, pois ela não compõe a estrutura administrativa do Poder Executivo (Lei estadual 14.264/2011).

2.3.1. Pessoal Efetivo, Temporário e Empregado Público - por Órgão e Entidade

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de pessoal ocupante de cargo efetivo, contratado temporário e de empregado público, detalhado por órgão e entidade,

³ Quantitativo informado pela Secretaria de Administração, na prestação de contas do governador referente ao exercício de 2011, através do Ofício SAD 488/2012 – GSAD.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

conforme dados fornecidos pela Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco que estão posicionados em 31.12.2012.

Tabela 2 – Pessoal Efetivo, Temporário e Empregado Público - por órgão e entidade - em 31.12.2012

| I. Administração Direta | Efetivos¹ | Temporários² | Empregados³ |
|---|-----------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Sec. de Educação | 33.593 | 18.049 | 5 |
| Sec. de Saúde | 21.432 | 2.535 | 6 |
| Sec. de Defesa Social (PMPE) | 19.516 | 10 | - |
| Sec. de Defesa Social (inclui Polícia Civil) | 6.146 | 7 | - |
| Sec. de Defesa Social (CBMPE) | 2.878 | - | - |
| Sec. de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos | 2.088 | 614 | 1 |
| Sec. da Fazenda | 1.486 | 17 | - |
| Sec. de Agricultura e Ref. Agrária | 613 | 174 | - |
| Sec. de Administração | 594 | 904 | - |
| Procuradoria Geral do Estado | 202 | 18 | - |
| Sec. de Planejamento e Gestão | 172 | - | - |
| Sec. da Casa Civil | 93 | - | - |
| Sec. da Controladoria Geral | 79 | 6 | - |
| Sec. de Transportes | 71 | 10 | - |
| Sec. de Desenvol. Econômico | 55 | - | - |
| Sec. de Ciência e Tecnologia | 9 | 32 | - |
| Sec. de Meio Ambiente e Sustentabilidade | 2 | 15 | - |
| Sec. da Casa Militar | 1 | 19 | - |
| Sec. da Criança e da Juventude | - | 213 | - |
| Sec. de Articulação Social e Regional | - | 128 | - |
| Sec. de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo | - | 95 | - |
| Sec. das Cidades | - | 39 | - |
| Sec. da Mulher | - | 27 | - |
| Sec. de Recursos Hídricos e Energéticos | - | 19 | - |
| Secretaria de Esportes | - | 4 | - |
| Administração Direta (I): | 89.030 | 22.935 | 12 |
| II. Administração Indireta | Efetivos¹ | Temporário² | Empregados³ |
| Autarquias: | | | |
| IRH-PE | 2.165 | 367 | |
| DETRAN | 1.594 | - | |
| DER-PE | 1.236 | 34 | |
| CPRH | 178 | - | 109 |
| ATI | 142 | - | 348 |
| JUCEPE | 90 | | |
| APAC | 77 | 5 | |
| IPEM - PE | 61 | 29 | |
| Distrito Estadual de Fernando de Noronha -DEFN | - | 396 | |
| ITERPE | - | 128 | |
| CONDEPE/FIDEM | - | 32 | |
| ARPE | - | 8 | |
| Fundações: | | | |
| UPE | 4.791 | 235 | 15 |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

| | | | |
|--|-----------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| FUNASE | 927 | 1.436 | 6 |
| HEMOPE | 647 | 257 | 5 |
| FUNДАРPE | 103 | 23 | |
| II. Administração Indireta | Efetivos¹ | Temporário² | Empregados³ |
| Fundações (continuação): | | | |
| FACEPE | - | 24 | |
| FUNAPE | - | 2 | |
| Empresas Públicas | | | |
| IPA | - | 253 | 729 |
| CTM | - | - | 314 |
| SUAPE | - | - | 119 |
| CEHAB | - | 45 | - |
| Sociedades de Economia Mista | | | |
| COMPESA | - | - | 3.605 |
| PERPART | - | - | 1.094 |
| LAFEPE | - | - | 475 |
| EMPETUR | - | 39 | 164 |
| Porto do Recife S/A | - | - | 104 |
| CEPE | - | - | 75 |
| COPERGÁS | - | - | 121 |
| AD/DIPER | - | - | 58 |
| II. Administração Indireta (II): | 12.011 | 3.313 | 7.341 |
| PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE PE (I+II): | 101.041 | 26.248 | 7.353 |

Fonte: Ofício SEPRI 187/2013, Anexo II, III e V/Ofício SEPRI 144/2013, Anexo II/Ofício SEPRI 239/2013, Anexo I, todos da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

Notas: ¹ Quantitativo total de servidores efetivos da Secretaria/Entidade, em 31.12.2012, incluindo os seus efetivos postos à disposição. Tal quantitativo corresponde ao número de cargos efetivos ocupados.

² Quantitativo total de contratados temporários existentes em 31.12.2012, cujos contratos estavam em vigor na referida data.

³ Quantitativo total de empregados públicos do órgão/entidade em 31.12.2012, incluindo os seus empregados públicos que estavam à disposição de outros órgãos/entidades.

Diante desses dados, é possível tecer alguns comentários a seguir:

O quantitativo de servidores efetivos da Secretaria de Educação (33.593), somado ao da Secretaria de Defesa Social (28.540), incluindo Polícia Militar, Civil e Corpo de Bombeiro, com o da Secretaria de Saúde (21.432) representa 82,70% do quadro de efetivos do Poder Executivo em 31.12.2012.

Há entidades da administração indireta, criadas há mais de 10 (dez) anos, que não possuem quadro próprio de servidores efetivos, a saber: *ARPE* (lei 13.206/2000), *FUNAPE* (LC 28/2000) e *FACEPE* (Lei 10.401/89).

Em relação aos contratados temporários do Poder Executivo, a maior parte (69%) encontrava-se na Secretaria de Educação no total de 18.049.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

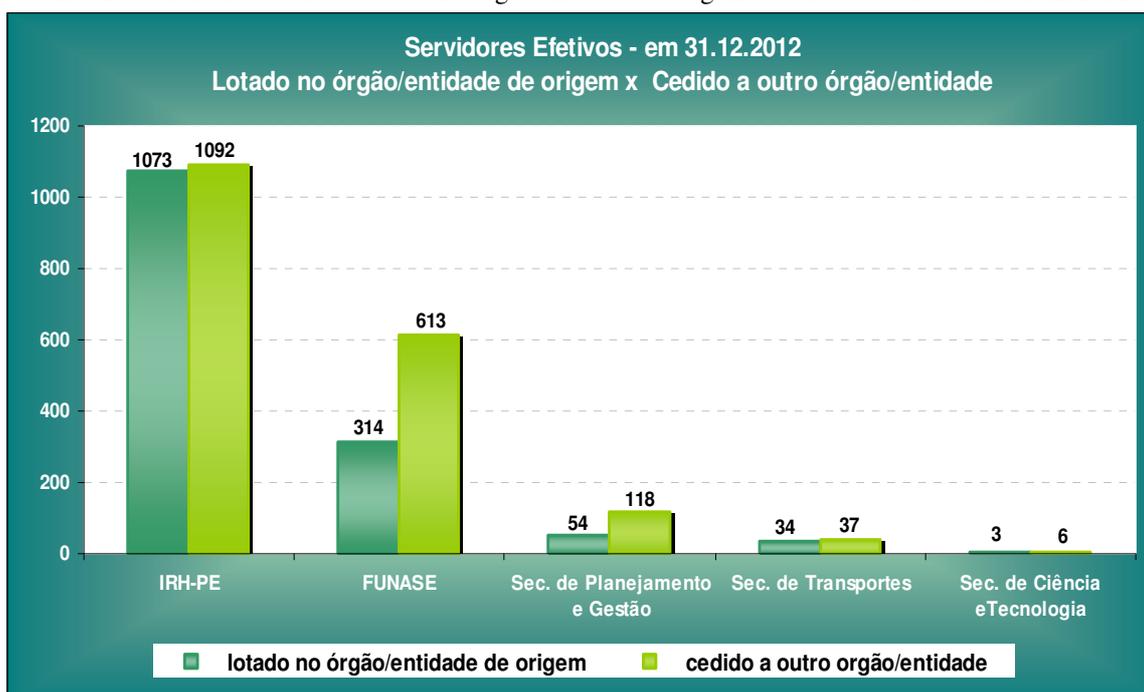
No tocante ao quantitativo de empregados públicos, a maior parte (64%) concentrava-se na COMPESA (3.605) e PERPART (1.094) no total de 4.699 empregados.

A partir desses dados iniciais, foram solicitadas à Secretaria de Administração informações complementares, necessárias para uma análise mais detalhada do quadro de pessoal por órgão e entidade realizada nos itens a seguir.

2.3.1.1. Servidores efetivos: lotados no órgão/entidade de origem x cedidos

Ao comparar o quantitativo de efetivos lotados no órgão/entidade de origem em relação ao quantitativo de efetivos que estava cedido para outros órgãos/entidades, em 31.12.2012, observou-se que, no IRH, FUNASE, Secretaria de Planejamento e Gestão, Secretaria de Transportes e Secretaria de Ciência e Tecnologia, o quantitativo de cedido superou o quantitativo que ficou lotado nesses órgãos e entidades, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Servidores efetivos lotados no órgão/entidade de origem x cedidos a outros - em 31.12.2012



Fonte: Ofício SEPRI 187/2013, Anexo II, da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

2.3.1.2. Contratados temporários x Servidores efetivos

Ao comparar o quantitativo de contratados temporários em relação ao quadro de servidores efetivos, por órgão e entidade, destacaram-se as situações existentes na Secretaria de Ciência e Tecnologia, de Administração, Educação e FUNASE.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Na *Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente*, o quantitativo de contratados temporários (32) representa mais do *triplo do seu quadro de efetivos* (9), incluindo-se 6 servidores efetivos⁴ cedidos para outros órgãos/entidades.

Na *Secretaria de Administração*, o quantitativo de contratados temporários (904) *superou o seu quadro de efetivos* (594), incluindo 138 efetivos⁵ cedidos a outros órgãos/entidades.

A *Secretaria de Educação*, que concentra a maior parte dos contratados temporários, apresenta uma proporção de 0,54 temporários (18.049) em relação ao seu quadro de efetivos (33.593), ou seja, de 54%, incluindo 1.711 servidores efetivos⁶ cedidos para outros órgãos/entidades.

Na *Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE*, o quantitativo de contratados temporários (1.436) também *superou o quadro de efetivos* (927), incluindo-se 613 servidores efetivos⁷ que estavam cedidos a outros órgão/entidades.

Todavia, se comparar o quantitativo de temporários em relação ao quadro de efetivos lotado no órgão/entidade de origem, a proporção de temporários apresenta-se ainda maior, principalmente na Secretaria de Ciência e Tecnologia, que passa a ser o décuplo (10,7 vezes) dos efetivos, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 3 – Temporários x Efetivos: órgãos e entidade com maior proporção - em 31.12.2012

| Órgão/Entidade | Quantitativo | | (I/II) Proporção |
|---|-----------------|---|---------------------|
| | (I) Temporários | (II) Efetivos (lotados no órgão ou entidade de origem) | |
| Sec. de Ciência, Technol. e Meio Ambiente | 32 | 3 | 10,7 |
| Secretaria de Administração | 904 | 456 | 1,98 |
| Secretaria de Educação | 18.049 | 31.882 | 0,56 |
| FUNASE | 1.436 | 314 | 4,57 |

Fonte: Ofício SEPRI 187/2013 (Anexos I e II) da Secretaria de Administração do Estado de PE.

2.3.1.3. Contratados temporários (por função) x Cargos efetivos vagos

Comparando o quantitativo *de temporários* em relação ao quantitativo de *cargos vagos correspondentes*, destacaram-se as situações encontradas nas Secretarias de Saúde e Educação relatadas a seguir.

⁴ Conforme informações fornecidas pela Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco através do Ofício SEPRI 187/2013 – GSAD, Anexo II.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

⁷ Idem.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Na *Secretaria de Saúde*, havia 1.249 *Técnicos de Enfermagem temporários* cuja função corresponde ao cargo de *Assistente em Saúde* (ensino médio), conforme art. 9º da Lei Complementar 84/2006 c/c art.2º da Lei 12.637/2004 alterada pela Lei 12.658/2004, o qual apresentava 2.808 *cargos vagos* em 31.12.2012.

Nessa mesma Secretaria, havia ainda 455 *Enfermeiros temporários*, 114 *Fisioterapeutas temporários*, 113 *Assistentes Sociais* e 71 *Psicólogos temporários* cujas funções estão contempladas no cargo de *Analista em Saúde* (formação superior), conforme art. 9º da LC 84/2006⁸ c/c art. 2º da Lei 12.637/2004 alterada pela lei 12.658/2004⁹, o qual apresentava 802 *cargos vagos* em 31.12.2012.

Na *Secretaria de Educação*, havia 17.366 *professores temporários*, ao mesmo tempo existiam 9.602 *cargos vagos de professor*¹⁰. Ressalta-se que o último concurso realizado para professor, cujo prazo de validade expirou em fevereiro de 2013, foram previstas 3.033 vagas no edital do concurso. Contudo, foram nomeados apenas 1.393 professores até 2012, conforme informado pela Secretaria Administração através do Ofício SEPRI 239/2013, no Anexo IV.

O quadro a seguir evidencia o quantitativo de servidores temporários e os respectivos cargos efetivos vagos correspondentes existentes na Secretaria de Saúde e Educação.

Quadro 3 - Contratados Temporários (por função) x Cargos Efetivos Vagos – em 31.12.2012

| ÓRGÃO/ENTIDADE | TEMPORÁRIOS* | | CARGOS EFETIVOS VAGOS ** | |
|------------------------|--------------|--------------------|--------------------------|---------------------|
| | Quant. | Função | Quant. | Nomenclatura |
| Secretaria de Saúde | 1.249 | Téc. em Enfermagem | 2.808 | Assistente em Saúde |
| | 455 | Enfermeiros | 802 | Analista em Saúde |
| | 114 | Fisioterapeutas | | |
| | 113 | Assistente Social | | |
| | 71 | Psicólogos | | |
| Secretaria de Educação | 17.366 | Professor | 9.602 | Professor |

Fonte: * Ofício SEPRI 224/2013, da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

** Ofício SEPRI 187, Anexo VI, da Secretaria de Administração.

⁸ LC 84/2006, Art. 9º Ficam criados, no âmbito do Grupo Ocupacional Saúde Pública do Quadro Próprio de Pessoal Permanente do Poder Executivo, os cargos de Auxiliar em Saúde; *Assistente em Saúde*; *Analista em Saúde* e *Médico*, correspondendo, respectivamente, aos níveis de formação profissional do ensino fundamental, completo ou incompleto; *ensino médio completo*, com ou sem técnico-profissionalizante; e *formação superior*.

⁹ Lei 12.637/2004 alterada pela Lei 12.658/2004, Art. 2º O Grupo Ocupacional Saúde Pública será integrado pelas funções, ora criadas, de Médico, Odontólogo Buco-Maxilo-Facial, *Assistente Social*, *Psicólogo*, *Enfermeiro*, Farmacêutico, *Fisioterapeuta*, Fonoaudiólogo, Nutricionista, Terapeuta Ocupacional, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Câmara Clara e Escura, Técnico de Imobilização Ortopédica, *Técnico de Enfermagem*, Técnico de Nível Médio em Laboratório, Técnico de Nível Médio em Radiologia, nos quantitativos, requisitos para admissão, área de recrutamento e salário-base constantes do Anexo Único desta Lei.

¹⁰ Conforme informações apresentadas pela Secretaria de Administração no Anexo I do Ofício SAD 487/2012 – GSAD, Anexo I.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

2.3.4. Evolução dos quantitativos de servidores efetivos admitidos e aposentados do Poder Executivo - 2007/2012

A tabela a seguir demonstra a evolução dos quantitativos de servidores ocupantes de cargos efetivos admitidos e aposentados do Poder Executivo, no período de 2007 a 2012, conforme informações fornecidas respectivamente pela Secretaria de Administração (Ofício SEPRI 190/2013) e pela FUNAPE (Ofício 234/2013 – GB/PR).

Tabela 6 – Servidores efetivos admitidos e aposentados do Poder Executivo no período 2007/2012

| Servidores Efetivos | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | TOTAL |
|-------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|
| (I) Admitidos ¹ | 3.255 | 3.738 | 4.343 | 4.509 | 3.570 | 1.217 | 20.632 |
| (II) Aposentados ² | 2.136 | 2.206 | 2.723 | 3.093 | 3.231 | 3.402 | 16.791 |

Fonte: ¹ Ofício SEPRI 190/2013 da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

² Ofício 0234/2013 – GB/PR da Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE.

Observa-se que, no âmbito do Poder Executivo, foram admitidos 20.632 servidores efetivos, enquanto 16.791 servidores efetivos foram aposentados no período de 2007 a 2012.

Entre 2007 a 2011, o quantitativo de servidores efetivos admitidos superou o quantitativo de aposentados. Ao contrário, em 2012, o quantitativo de servidores efetivos aposentados (3.402) superou o quantitativo admitido (1.217).

2.3.4.1. Evolução do quantitativo de servidores efetivos admitidos e aposentados na Secretaria de Educação, Saúde e Defesa Social - 2007/2012

A tabela a seguir evidencia a evolução do quantitativo de servidores efetivos admitidos e aposentados da Secretarias de Educação, Secretaria de Defesa Social, destacando a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, além da Secretaria de Saúde, conforme dados fornecidos respectivamente pela Secretaria de Administração (Ofício SEPRI 190/2013) e FUNAPE (Ofício 234/2013 – GB/PR).

Tabela 6 – Servidores Efetivos Admitidos e Aposentados na Secretaria de Educação, Secretaria de Defesa Social e Secretaria de Saúde - 2007/2012

| Secretaria | Servidores Efetivos | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
|---------------------------------------|-------------------------------|------------|--------------|--------------|--------------|----------------|----------------|--------------|
| Educação | (I) Admitidos ¹ | 1.541 | 1.696 | 201 | 3.298 | 1 | 3 | 6.740 |
| | (II) Aposentados ² | 999 | 1.114 | 1.139 | 1.039 | 1.317 | 1.462 | 7.070 |
| | (I-II): | 542 | 582 | - 938 | 2.259 | - 1.316 | - 1.459 | - 330 |
| Defesa Social | (I) Admitidos ¹ | - | 1.189 | 482 | 76 | 625 | 47 | 2.419 |
| | (II) Aposentados ² | 49 | 186 | 211 | 337 | 182 | 284 | 1.249 |
| | (I-II): | -49 | 1.003 | 271 | -261 | 443 | -237 | 1.170 |
| Defesa Social (Polícia Militar) | (I) Admitidos ¹ | 777 | 528 | 2.988 | 45 | 2.003 | 58 | 6.399 |
| | (II) Aposentados ² | 600 | 369 | 719 | 957 | 829 | 652 | 4.126 |
| | (I-II): | 177 | 159 | 2.269 | -912 | -386 | -594 | 713 |
| Defesa Social (Corpo de Bombeiros) | (I) Admitidos ¹ | 429 | 0 | 0 | 409 | 379 | 0 | 1.217 |
| | (II) Aposentados ² | 64 | 36 | 30 | 40 | 43 | 39 | 252 |
| | (I-II): | 365 | -36 | -30 | 369 | 336 | -39 | 965 |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

| Secretaria | Servidores Efetivos | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
|------------|-------------------------------|------------|--------------|--------------|-----------|-------------|--------------|--------------|
| Saúde | (I) Admitidos ¹ | 336 | 0 | 0 | 409 | 379 | 85 | 1.209 |
| | (II) Aposentados ² | 179 | 265 | 319 | 358 | 443 | 518 | 2.082 |
| | (I - II): | 157 | - 265 | - 319 | 51 | - 64 | - 433 | - 873 |

Fonte: ¹ Ofício SEPRI 190/2013 da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

² Ofício 0234/2013 – GB/PR da Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE.

Em relação à *Secretaria de Educação*, 6.740 servidores efetivos foram admitidos, no período de 2007 a 2012, enquanto 7.070 efetivos foram aposentados no mesmo período.

Nos exercícios de 2007, 2008 e 2010, o quantitativo de servidores efetivos admitidos superou o de aposentados nessa Secretaria. Essa diferença foi maior, em 2010, quando 3.298 efetivos foram admitidos e 1.039 efetivos foram aposentados.

Ao contrário, nos exercícios de 2009, 2011 e 2012, o quantitativo de aposentados superou o de admitidos nessa Secretaria. Essa diferença foi maior, em 2012, quando 1.462 efetivos foram aposentados e 3 efetivos foram admitidos.

No tocante à *Secretaria de Defesa Social* (excluindo Polícia Militar e Corpo de Bombeiros), 2.419 servidores efetivos foram admitidos e 1.249 servidores efetivos foram aposentados no período de 2007 a 2012.

Na *Secretaria de Defesa Social (Polícia Militar)*, 6.399 servidores efetivos foram admitidos e 4.126 foram aposentados no período de 2007 a 2012.

Na *Secretaria de Defesa Social (Corpo de Bombeiros)*, 1.217 servidores efetivos foram admitidos e 252 efetivos foram aposentados no período de 2007 a 2012.

Quanto à *Secretaria de Saúde*, 1.209 servidores efetivos foram admitidos, no período de 2007 a 2012, enquanto 2.082 efetivos foram aposentados.

Apenas nos exercícios de 2007 e 2010, o quantitativo de servidores efetivos admitidos superou o de aposentados nessa Secretaria. Essa diferença foi maior, em 2007, quando 336 efetivos foram admitidos e 179 foram aposentados.

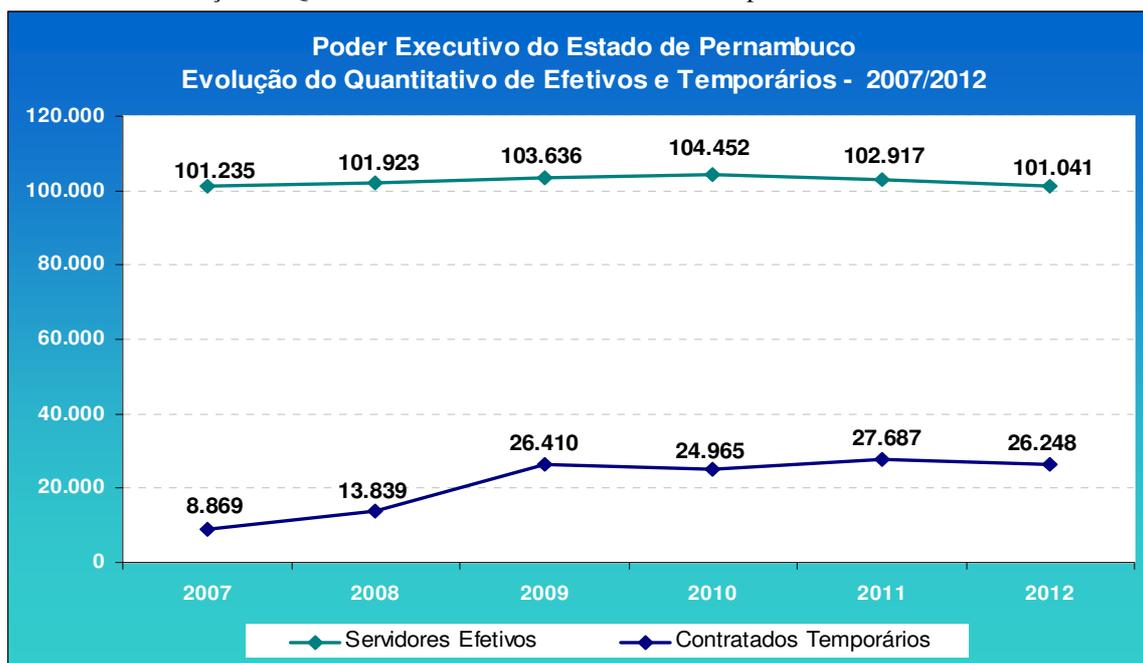
Diferentemente, nos exercícios de 2008 a 2012, o quantitativo de servidores efetivos aposentados superou o de admitidos nessa Secretaria. Essa diferença foi maior, em 2012, quando 85 servidores efetivos foram admitidos, enquanto 518 efetivos foram aposentados.



2.3.5. Evolução do quantitativo de servidores efetivos e temporários – 2007/2012

O gráfico a seguir evidencia a evolução do quantitativo de servidores efetivos e de contratados temporários do Poder Executivo no período de 2007 a 2012.

Gráfico 3 – Evolução do Quantitativo de Servidores Efetivos e Temporários – 2007/2012



Fonte: Relatórios de Contas do Governo - Exercícios 2007/2012 (Ofícios SAD 773/2008-GSAD, 382/2009-GSAD, 540/2010-GSAD, 522/2011-GSAD, 488/2012-GSA) e Ofício SEPRI 187/2013 da Secretaria de Administração.

Nota: Os dados estão posicionados em 31 de dezembro de cada exercício.

Observa-se que, no período 2007 a 2012, o *quantitativo de servidores efetivos* do Poder Executivo sofreu *pequenas oscilações*, passando a apresentar *tendência decrescente*.

Em 2007, o quantitativo de efetivos era de 101.235. Entre 2008 (101.923) e 2010 (104.452), apresentou ligeiro aumento. Em 2011, houve redução de 1.535 efetivos, baixando para 102.917. Em 2012, sofreu outra redução, agora de 1.876 efetivos, caindo para 101.041.

Por outro lado, o *quantitativo de contratados temporários* do Poder Executivo quase *triplicou*, no período de 2007 a 2012, passando de 8.869 temporários em 31.12.2007 para 26.248 temporários em 31.12.2012. Portanto, houve um aumento de 17.379 temporários no período de 5 (cinco) anos.

A maior parte do aumento do quantitativo de temporários (91%) concentrou-se nas Secretarias de Educação (12.378), de Saúde (1.754), de



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Administração (809) e na FUNASE (858), no total de 15.799 temporários, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 5 – Evolução do quantitativo de contratados temporários nas Secretarias de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Administração e FUNASE – 2007/2012

| Órgão/Entidade: | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Variação (2012-2007) |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----------------------------|
| Secretaria de Educação | 5.671 | 9.861 | 21.081 | 18.025 | 20.438 | 18.049 | 12.378 |
| Sec. de Saúde | 781 | 935 | 1.822 | 2.818 | 2.579 | 2.535 | 1.754 |
| Sec. de Administração | 95 | 138 | 246 | 400 | 535 | 904 | 809 |
| FUNASE (antiga FUNDAC) | 578 | 474 | 1.153 | 1.303 | 1.205 | 1.436 | 858 |
| Total: | | | | | | | 15.799 |

Fonte: Relatórios de Contas do Governo - Exercícios 2007/2011 (Ofícios SAD 773/2008-GSAD, 382/2009-GSAD, 540/2010-GSAD, 382/2011-GSAD, 522/2011-GSAD e 488/2012-GSA) e Ofício SEPRI 187/2013, da Secretaria de Administração do Estado de PE.

2.4. Cargos Efetivos do Poder Executivo

Em 31.12.2012, no âmbito do Poder Executivo, existiam 133.755 cargos efetivos criados, 101.041 ocupados e 32.714 vagos, conforme informações fornecidas pela Secretaria de Administração através do Ofício SEPRI 187/2013.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de cargo efetivo por órgão e entidade integrante do Poder Executivo do Estado.

Tabela 6 – Cargos efetivos criados, ocupados e vagos - por órgão e entidade - em 31.12.2012

| I. Administração Direta | Quantitativo | | |
|---|---------------------|--------------------|-------------------|
| | Criado (A) | Ocupado (B) | Vago (A-B) |
| Sec. de Educação | 46.947 | 33.593 | 13.354 |
| Sec. de Saúde | 25.421 | 21.432 | 3.989 |
| Sec. de Defesa Social (PMPE) | 25.109 | 19.516 | 5.593 |
| Sec. de Defesa Social (inclui Polícia Civil) | 12.082 | 6.146 | 5.936 |
| Sec. de Defesa Social (CBMPE) | 4.897 | 2.878 | 2.019 |
| Sec. de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos | 2.152 | 2.088 | 64 |
| Sec. da Fazenda | 1.515 | 1.486 | 29 |
| Sec. de Agricultura e Reforma Agrária | 640 | 613 | 27 |
| Sec. de Administração | 663 | 594 | 69 |
| Procuradoria Geral do Estado | 285 | 202 | 83 |
| Sec. de Planejamento e Gestão | 285 | 172 | 113 |
| Sec. da Casa Civil | 93 | 93 | 0 |
| Sec. da Controladoria Geral | 182 | 79 | 103 |
| Sec. de Transportes | 71 | 71 | 1 |
| Sec. de Desenvolvimento Econômico | 57 | 55 | 2 |
| Sec. de Ciência e Tecnologia | 9 | 9 | 0 |
| Sec. de Meio Ambiente e Sustentabilidade | 2 | 2 | 0 |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

| I. Administração Direta | Quantitativo | | |
|---|---------------------|---------------------|--------------------|
| | Criado (A) | Ocupado (B) | Vago (A-B) |
| Sec. da Casa Militar | 1 | 1 | 0 |
| Sec. da Criança e da Juventude | - | - | - |
| Sec. de Articulação Social e Regional | - | - | - |
| Sec. de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo | - | - | - |
| Sec. das Cidades | - | - | - |
| Sec. da Mulher | - | - | - |
| Sec. de Recursos Hídricos e Energéticos | - | - | - |
| Secretaria de Esportes | - | - | - |
| Administração Direta (I): | 120.411 | 89.030 | 31.382 |
| II. Administração Indireta | Quantitativo | | |
| | Criados (A) | Ocupados (B) | Vagos (A-B) |
| Autarquias: | | | |
| IRH-PE | 2.210 | 2.165 | 45 |
| DETRAN | 1.753 | 1.594 | 159 |
| DER-PE | 1.298 | 1.236 | 62 |
| CPRH | 300 | 178 | 122 |
| ATI | 218 | 142 | 76 |
| JUCEPE | 408 | 90 | 318 |
| APAC | 93 | 77 | 16 |
| IPEM - PE | 65 | 61 | 4 |
| DEFN | - | - | - |
| ITERPE | - | - | - |
| CONDEPE/FIDEM | - | - | - |
| ARPE | 94 | - | 94 |
| Fundações: | | | |
| UPE | 4.885 | 4.791 | 94 |
| FUNASE | 1.126 | 927 | 199 |
| HEMOPE | 789 | 647 | 142 |
| FUNDARPE | 105 | 103 | 2 |
| FACEPE | - | - | - |
| FUNAPE | - | - | - |
| Administração Indireta (II): | 13.44 | 12.011 | 1.333 |
| PODER EXECUTIVO (I+II): | 133.755 | 101.041 | 32.714 |

Fonte: Ofício SEPRI 187/2013, Anexo I, da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

Diante desses dados iniciais, foram solicitadas à Secretaria de Administração informações complementares, necessárias para uma análise mais detalhada do quantitativo de cargos efetivos relatada nos itens a seguir.

2.4.1 - Cargos vagos x Cargos criados: percentual de vacância

O percentual de vacância reflete a proporção entre o quantitativo de cargos vagos em relação ao quantitativo de cargos criados.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

No âmbito do Poder Executivo, 6 (seis) órgãos da administração direta e 4 (quatro) entidades da administração indireta apresentavam percentual de vacância acima de 25%, em 31.12.2012, a saber:

- *Secretaria da Controladoria Geral do Estado – SCGE*, 57% dos cargos criados (182) estavam vagos (103);
- *Secretaria de Defesa Social (Polícia Civil)*, 49% dos cargos criados (12.082) estavam vagos (5.936);
- *Secretaria de Defesa Social (CBMPE)*, 41% dos cargos criados (4.897) estavam vagos (2.019);
- *Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG*, 40% dos cargos criados (285) estavam vagos (113);
- *Procuradoria Geral do Estado*, 29% dos cargos criados (285) estavam vagos (83);
- *Sec. de Educação*, 28% dos cargos criados (46.947) estavam vagos (13.354);
- *Agência de Regulação de Pernambuco – ARPE*, a totalidade (100 %) dos cargos criados (94) encontrava-se vagos;
- *Junta Comercial de Pernambuco – JUCEPE*, 78% dos cargos criados (408) estavam vagos (318);
- *Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH*, 40% dos cargos criados (300) estavam vagos (122); e
- *Agência de Tecnologia da Informação – ATI*, 35% dos cargos criados (218) estavam vagos (76).

2.4.1.1 - Percentual elevado de vacância de cargos efetivos na Controladoria: necessidade de conclusão do concurso aberto em 2010.

Como visto no item anterior, a Secretaria da Controladoria Geral do Estado apresenta o maior percentual de vacância de cargos efetivos, dentre os órgãos da administração direta, encontrando-se 57% dos seus cargos criados (182) ainda vagos (103) até 31.12.2012.

Todavia, o concurso público da Controladoria aberto em outubro de 2010 (Edital nº 01 – SECGE/PE, de 14.10.2010), que ofereceu 82 vagas para analista de controle interno, teve a 1ª etapa homologada em abril de 2011 (Edital nº 06 – SECGE/PE, de 19.04.2011), mas a 2ª etapa (curso de formação) ainda não foi realizada até 31.12.2012, passado 2 (dois) anos de abertura do certame.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Ressalta-se que há uma previsão de que o início da 2ª etapa desse concurso ocorra para 2013, “a partir do dia **30 de outubro de 2013**”, condicionada ao enquadramento no limite abaixo do Alerta de Responsabilidade Fiscal, conforme informações fornecidas pela Secretaria de Administração através do Ofício SAD 780/2013-GSAD¹¹.

2.4.2. Quantitativo elevado de cargos vagos na Secretaria de Educação e Secretaria de Defesa Social (Polícia Civil)

A Secretaria Estadual de Educação (SEE) e a Secretaria de Defesa Social – Polícia Civil (SDS/PMPE) apresentam os maiores quantitativos de cargos vagos respectivamente 13.354 e 5.938, totalizando 19.292 cargos, o que representa 59% do total de cargos vagos (32.714).

A tabela a seguir apresenta o quantitativo detalhado dos cargos efetivos vagos existente nas Secretaria de Educação e Defesa Social (Polícia Civil) em 31.12.2012.

Tabela 7 - Cargos vagos na Secretaria de Educação e Defesa Social (Polícia Civil) - em 31.12.2012

| ÓRGÃO | CARGO | QUANTITATIVO VAGO |
|---|-----------------------------------|--------------------------|
| Secretaria de Educação | Professor | 9.602 |
| | Assistente Adm. Educacional | 1.333 |
| | Aux. de Serviços Adm. Educacional | 1.276 |
| | Técnico Educacional | 1.136 |
| | Psicólogo Escolar | 7 |
| Total: | | 13.354 |
| Secretaria de Defesa Social (Polícia Civil de Pernambuco – PCPE) | Agente de Polícia | 3.706 |
| | Comissário de Polícia | 688 |
| | Perito Papiloscopista | 385 |
| | Escrivão de Polícia | 343 |
| | Delegado de Polícia | 229 |
| | Auxiliar de Perito | 147 |
| | Médicos Legistas | 142 |
| | Auxiliar de Legista | 129 |
| | Peritos Criminais | 125 |
| | Operador de Telecomunicação | 44 |
| Total: | | 5.938 |

Fonte: Ofício SEPRI 187, Anexo VI, da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

¹¹ Em resposta ao Ofício CG 04/DCE – Contas do Governo 40/2013, que solicitou informações acerca da 2ª etapa desse concurso (Edital nº 01 – SECGE/PE, de 14.10.2010), a SECGE enviou cópia do Ofício SAD 780/2012 – GSAD, em que a Secretaria de Administração, órgão responsável por planejar, desenvolver e coordenar os sistemas administrativos de gestão de pessoal, informou a previsão de início do “Curso de Formação a partir do dia **30 de outubro de 2013, desde que esteja enquadrado no limite abaixo do Alerta de Responsabilidade Fiscal**”.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Na Secretaria de Educação, pode-se destacar que existiam 9.602 cargos vagos de Professor, 1.333 vagos de Assistente de Administração Educacional e 1.136 vagos de Técnico Educacional, lembrando que havia concurso no prazo de validade para esses cargos até fevereiro de 2013.

Na Secretaria de Defesa Social (Polícia Civil), destaca-se a existência de 3.706 cargos vagos de Agente de Polícia, 688 vagos de Comissário de Polícia, 385 vagos de Perito Papiloscopista, 343 vagos de Escrivão, 229 vagos de Delegado de Polícia e 142 de Médicos Legistas.

Ressalta-se que, em relação ao cargo de Agente de Polícia existe concurso no prazo de validade até maio de 2013. Já os cargos de escrivão e médicos legistas o prazo de validade do concurso expirou em agosto de 2012.

No item a seguir serão apresentadas informações acerca dos concursos da Secretaria de Educação e da Secretaria de Defesa Social - Polícia Civil, que estavam no prazo de validade em 2012, destacando o quantitativo de servidores nomeados e que entraram em exercício até 2012 em comparação ao quantitativo de cargos vagos em 31.12.2012.

2.4.2.1. Concursos da SEE e SDS/PCPE: quantitativo de vagas previstas no edital e de servidores nomeados e em exercício até 2012 x cargos vagos.

Com base nos editais dos concursos da Secretaria de Educação e Secretaria de Defesa Social (Polícia Civil), que se encontravam no prazo de validade em 2012, complementada com informações fornecidas pela Secretaria de Administração, foi elaborado o quadro a seguir que apresenta os quantitativos de vagas previstas no edital do concurso, de servidores nomeados e que entraram em exercício até 2012, além do quantitativo de cargos vagos em 31.12.2012.

Em relação ao concurso da *Secretaria de Defesa Social/Polícia Civil*, observa-se que para o *cargo de Agente de Polícia*, o quantitativo de nomeados (1.940) foi superior ao dobro das vagas previstas no edital do concurso (800), sendo que *1.455 entraram em exercício* até 2012. Contudo, em 31.12.2012, existiam *3.706 cargos vagos*, ressaltando que o prazo de validade do certame se expira em maio de 2013.

No que se refere ao cargo de *Escrivão de Polícia*, cujo prazo de validade do concurso expirou em agosto de 2012, o quantitativo de nomeados (867) foi também superior ao dobro das vagas previstas no edital do concurso (400), sendo que *640 entraram em exercício*. Em 31.12.2012, havia ainda *343 cargos vagos* de Escrivão de Polícia.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Para o cargo de *Médico Legista*, cujo prazo de validade também expirou em agosto de 2012, o quantitativo de nomeados e que entrou em exercício (43) foi um pouco superior às vagas previstas no edital do concurso (35). Ao final de 2012, havia 142 cargos vagos de Médicos Legistas.

No tocante ao concurso da *Secretaria de Educação*, para o cargo de *professor*, o quantitativo de nomeados (1.393) foi inferior a metade das vagas previstas no edital do concurso (3.033), sendo que 1.324 entraram em exercício (1.324). Por outro lado, existiam 9.602 cargos vagos de professor, lembrando que o prazo de validade do certame se expira em fevereiro de 2013.

Quanto ao cargo de *Assistente Administrativo Educacional*, cujo prazo de validade do concurso também se expira em fevereiro de 2013, o quantitativo de servidores nomeados (1.254) apresentou-se inferior ao quantitativo de vagas previstas no edital do concurso (1.680), sendo que 1.084 entraram em exercício. Todavia, em 31.12.2012, 1.333 cargos estavam vagos.

Para o cargo de *Técnico Educacional*, o quantitativo de servidores nomeados (1.596) e que entrou em exercício (1.467) se aproxima do quantitativo de vagas previstas no edital do concurso (1.662). Contudo, em 31.12.2012, havia 1.136 cargos vagos, lembrando que o prazo de validade do certame se expira em fevereiro de 2013.

Quadro 4 – Concursos da SEE e SDS/PCPE: quantitativo de vagas previstas no edital do concurso e de servidores nomeados e que entraram em exercício até 2012 x cargos vagos em 31.12.2012

| ÓRGÃO | NOMENCLATURA DO CARGO | QUANTITATIVO | | | | VALIDADE DO CERTAME |
|--|-----------------------|---------------------------------------|------------|--------------|--------------------|---------------------|
| | | VAGAS | SERVIDORES | | CARGOS | |
| | | Previstas ¹ (no edital) | Nomeados | em Exercício | Vagos ² | |
| Sec. de Defesa Social (Polícia Civil) | Agente de Polícia | 800 | 1.940 | 1.455 | 3.706 | até Mai/2013 |
| | Escrivão de Polícia | 400 | 867 | 640 | 343 | até Ago/2012 |
| | Médicos Legistas | 35 | 43 | 43 | 142 | |
| Sec. de Educação | Professor | 3.033 | 1.393 | 1.324 | 9.602 | até Fev/2013 |
| | Ass. Adm. Educacional | 1.680 | 1.254 | 1.084 | 1.333 | |
| | Técnico Educacional | 1.662 | 1.596 | 1.467 | 1.136 | |

Fonte: Ofício SAD 570/2012- GSAD (Anexo I) e Ofício SEPRI 239/2013 (Anexo IV), ambos da Secretaria de Administração do Estado, e Portaria Conjuntas SAD/SEE 104/2008 e SARE/SDS 44/2006.

Notas: ¹ Quantitativo de vagas previstas no edital do concurso: Sec. de Educação (Portaria Conjunta SAD/SEE 104, de 11.08.2008; Sec. de Defesa Social- Polícia Civil (Port. SARE/SDS 44, de 14.08.2006)

² Quantitativo de cargos efetivos vagos em 31.12.2012.



2.4.3. Evolução do quantitativo de cargos efetivos criados, ocupados e vagos no período de 2010/2012

O gráfico a seguir evidencia a evolução do quantitativo de cargos efetivos criados, ocupados e vagos do Poder Executivo no período de 2010 a 2012.

Gráfico 4 – Evolução do Quantitativo de Cargos Efetivos do Poder Executivo no Período 2010/2012



Fonte: Ofícios SAD 522/2011 - GSAD/SAD 488/2012 – GSAD e Ofício SEPRI 187/2013, Anexo I, da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

Observa-se que o quantitativo de cargos efetivos criados era de 133.140 ao final de 2010. No ano seguinte, aumentou para 134.707 cargos. Em 2012, sofreu redução de 952 cargos, caindo para 133.755 cargos efetivos criados.

Em relação ao *quantitativo de cargos efetivos ocupados*, observa-se que houve redução de 3.411 cargos no período de 2010 a 2012. Em 2010, o quantitativo era de 104.452 cargos ocupados. Em 2011, baixou para 102.917 cargos ocupados. Em 2012, caiu para 101.041 cargos ocupados.

Por outro lado, o *quantitativo de cargos efetivos vagos* aumentou em 4.026 cargos no período de 2010 a 2012, passando de 28.688 cargos vagos para 32.714 cargos vagos em 31.12.2012.



2.5. Cargos Comissionados do Poder Executivo

O legislador constituinte consagrou o concurso público como regra geral para ingresso em cargo ou emprego na administração pública, ressalvado as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, conforme disposto no artigo 37, inciso II, transcrito a seguir.

Art. 37. *omissis*

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

Dessa forma, a Administração Pública pode preencher parte de seus cargos por meio do provimento em comissão, restringindo-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, nos termos do artigo 37, Inciso V, da Constituição Federal c/c art. 3º, § 2º, incisos I e II do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco (Lei 6.123/68 e alterações posteriores), transcritos a seguir:

CF, Art. 37. *omissis*

V – [...], e os *cargos em comissão*, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, *destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento*;

Lei 6.123/68, Art. 3º. *omissis*

§ 2º - Os cargos de provimento *em comissão* compreendem:

I - *Cargo de direção* e de *chefia* das repartições públicas;

II - *Cargos de assessoramento*, de Chefe de Gabinete e de Oficial de Gabinete; (grifos nossos)

Feitas essas considerações iniciais, passa-se a relatar sobre os cargos comissionados do Poder Executivo do Estado nos itens a seguir, enfocando a remuneração e o quantitativo desses cargos em 2012.

2.5.1. Remuneração dos cargos comissionados

A remuneração do cargo comissionado é composta por duas parcelas: o vencimento e a verba de representação¹².

Além disso, os cargos em comissão do Poder Executivo do Estado estão divididos em dois grupos, conforme disposto na Lei Estadual 14.264/2011, a saber:

¹² Caso o ocupante de cargo efetivo seja nomeado para um cargo comissionado, ele poderá optar pela percepção do vencimento e da verba de representação do cargo comissionado ou pelo vencimento do cargo efetivo com a verba de representação do cargo comissionado.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

1. *Cargos de Direção e Assessoramento Superior - símbolo DAS*, classificados em 5 (cinco) níveis: DAS-1, DAS-2, DAS-3, DAS-4 e DAS-5;
2. *Cargos de Assessoramento - símbolo CAS*, classificados em 5(cinco) níveis: CAS-1, CAS-2, CAS-3, CAS-4 e CAS-5. A Lei Estadual 14.264/2011 fixou os quantitativos e as remunerações dos cargos comissionados. O valor do subsídio dos Secretários de Estado foi fixado pela Lei 14.265 de 06.01.2011.

O quadro a seguir apresenta os valores da remuneração dos cargos comissionados e do subsídio dos Secretários de Estado vigentes em 2012.

Quadro 5 - Remuneração dos cargos comissionados do P. Executivo em 2012 – R\$ (1,00)

| Símbolo | Vencimento | Verba de Representação | Valor |
|------------------------|-------------------|-------------------------------|--------------|
| DAS (subsídio)* | - | - | 10.570,00 |
| DAS-1 | 1.993,32 | 7.973,30 | 9.966,62 |
| DAS-2 | 1.461,77 | 5.847,08 | 7.308,85 |
| DAS-3 | 1.229,22 | 4.916,86 | 6.146,08 |
| DAS-4 | 1.129,55 | 4.518,20 | 5.647,75 |
| DAS-5 | 930,22 | 3.720,87 | 4.651,09 |
| CAS-1 | 807,29 | 3.229,18 | 4.036,47 |
| CAS-2 | 664,44 | 2.657,77 | 3.322,21 |
| CAS-3 | 431,89 | 1.727,55 | 2.159,44 |
| CAS-4 | 265,78 | 1.063,11 | 1.328,89 |
| CAS-5 | 232,56 | 930,22 | 1.162,78 |

Fonte: Leis Estaduais 14.264 e 14.265*, ambas de 06.01.2011.

Ressalta-se que os valores da verba de representação dos cargos comissionados e dos subsídios dos Secretários sofreram consideráveis reajustes, através das Leis estaduais 14.264/2011 e 14.265/2011, em relação aos valores vigentes até 2010 (Lei estadual 13.205/2007).

Conforme demonstrado na tabela a seguir, os percentuais de reajustes variaram entre 51% a 87,91%, ou seja, bem superiores à inflação do período (IPCA: 2007 – 4,46%; 2008 – 5,90%; 2009 – 4,31% e 2010 – 5,91%, segundo dados do IBGE).

Tabela 8 - Reajuste (%) do subsídio e verba de representação dos cargos comissionados - em R\$ 1,00

| Lei 13.205/2007 | | Leis 14.264/2011 e 14.265 /2011 | | % de Reajuste [(B-A)/A]*100 |
|------------------------|---------------------------------------|--|---------------------------------------|--|
| Símbolo | Verba de Representação (A) | Símbolo | Verba de Representação (B) | |
| CDA (subsídio) | 7.000,00 | DAS (subsídio) | 10.570,00 | 51,00% |
| CDA-1 | 4.400,27 | DAS-1 | 7.973,30 | 81,20% |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

| Lei 13.205/2007 | | Leis 14.264/2011 e 14.265 /2011 | | % de Reajuste [(B-A)/A]*100 |
|-----------------|----------------------------|---------------------------------|----------------------------|-----------------------------------|
| Símbolo | Verba de Representação (A) | Símbolo | Verba de Representação (B) | |
| CDA-2 | 3.227,60 | DAS-2 | 5.847,08 | 81,16% |
| CDA-3 | 2.713,87 | DAS-3 | 4.916,86 | 81,18% |
| CDA-4 | 2.493,85 | DAS-4 | 4.518,20 | 81,17% |
| CDA-5 | 1.980,12 | DAS-5 | 3.720,87 | 87,91% |
| CAA-1 | 2.053,83 | CAS-1 | 3.229,18 | 57,23% |
| CAA-2 | 1.467,49 | CAS-2 | 2.657,77 | 81,11% |
| CAA-3 | 953,76 | CAS-3 | 1.727,55 | 81,13% |
| CAA-4 | 587,44 | CAS-4 | 1.063,11 | 80,97% |
| CAA-5 | 513,73 | CAS-5 | 930,22 | 81,07% |
| CAA-6 | 403,72 | - | - | - |
| CAA-7 | 330,02 | - | - | - |

Nota: A - valores da verba de representação e dos subsídios estabelecidos pela Lei Estadual 13.205 de 19.01.2007.

B - valores da verba de representação e do subsídio estabelecidos respectivamente pelas Leis estaduais 14.264 e 14.265, ambas de 06.01.2011.

2.5.2. Quantitativo de cargos comissionados criados, por símbolo, até 31.12.2012.

No exercício anterior, a Lei Estadual 14.264, de 06.01.2011, fixou o quantitativo de cargos comissionados em 3.054 cargos. Depois, ainda em 2011, foram publicadas 11 (onze) leis que alteram o quantitativo de cargos comissionados, passando para 3.350 cargos comissionados criados ao final de 2011.

Em 2012, foram publicadas 6 (seis) leis que criaram 188 cargos comissionados, totalizando 3.538 cargos criados, em 31.12.2012, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 9 – Quantitativo de cargos comissionados criados do Poder Executivo, por símbolo, até 31.12.2012.

| Símbolo | Total CCs em 31.12.2011 | Quantitativo de Cargos Comissionados criados em 2012 | | | | | | Total CCs em 31.12.2012 |
|---------|-------------------------|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------------------|
| | | Leis estaduais | | | | | | |
| | | 14.684/12 | 14.668/12 | 14.761/12 | 14.804/12 | 14.863/12 | 14.896/12 | |
| DAS | 30 | | | | | | 30 | |
| DAS-1 | 94 | | | 1 | | | 95 | |
| DAS-2 | 217 | | | | | | 217 | |
| DAS-3 | 245 | | | 11 | 4 | | 264 | |
| DAS-4 | 411 | | | 3 | | | 417 | |
| DAS-5 | 469 | | | 11 | | | 480 | |
| CAS-1 | 53 | | | | 10 | | 63 | |
| CAS-2 | 883 | | 9 | 34 | 20 | 6 | 981 | |
| CAS-3 | 381 | 7 | | | 10 | | 410 | |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

| Símbolo | Total CCs em 31.12.2011 | Quantitativo de Cargos Comissionados criados em 2012 | | | | | | Total CCs em 31.12.2012 |
|--------------|-------------------------|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------------------|
| | | Leis estaduais | | | | | | |
| | | 14.684/12 | 14.668/12 | 14.761/12 | 14.804/12 | 14.863/12 | 14.896/12 | |
| CAS-4 | 371 | 14 | | | | | 385 | |
| CAS-5 | 196 | | | | | | 196 | |
| TOTAL | 3.350 | 21 | 9 | 60 | 44 | 6 | 48 | 3.538 |

Fonte: Leis 14.264/14.265/14.357/14.390/14.413/14.440/14.478/14.483/14.490/14.491/14.521/14.522/14.524/14.525, publicadas em 2011; Leis 14.688/14.761/14.804/14.863/14.896, publicadas em 2012.

2.5.3. Quantitativo de cargos comissionados ocupados em 31.12.2012.

Em 31.12.2012, o Poder Executivo apresentava 3.169 cargos comissionados ocupados, conforme informações fornecidas pela Secretaria de Administração através do Ofício 145/2013 – SEPRI, Anexo I.

A maior parte desses cargos (83,91%) encontrava-se na administração direta (2.659). Destaca-se que a Secretaria de Saúde (591) junto com a Secretaria de Educação (410 cargos), Secretaria da Fazenda (168 cargos) e Secretaria de Defesa Social (140) concentravam 1.309 cargos comissionados ocupados, ou seja, quase metade (49,23%) dos cargos da administração direta.

Tabela 10 - Quantitativo de cargos comissionados ocupados do Poder Executivo - em 31.12.2012.

| I. Administração Direta | Quantitativo por símbolo | | TOTAL | |
|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------|-------|
| | CAS | DAS | | |
| Órgão: | | | | |
| Secretaria de Saúde | 377 | 214 | 591 | |
| Secretaria de Educação | 304 | 106 | 410 | |
| Secretaria da Fazenda | 135 | 33 | 168 | |
| Secretaria de Defesa Social | 68 | 72 | 140 | |
| Outros Órgãos: | 721 | 629 | 1.350 | |
| Administração Direta (I): | 1.605 | 1.054 | 2.659 | |
| II. Administração Indireta | | Quantitativo por símbolo | | TOTAL |
| Entidade: | CAS | DAS | | |
| DETRAN | 40 | 30 | 70 | |
| IRH | 49 | 20 | 69 | |
| UPE | 10 | 41 | 51 | |
| DER | 12 | 29 | 41 | |
| Outras Entidades: | 130 | 149 | 279 | |
| Administração Indireta (II): | 241 | 269 | 510 | |
| PODER EXECUTIVO (I + II): | 1.846 | 1.323 | 3.169 | |

Fonte: Ofício 145/2013 – SEPRI, Anexo I, da Secretaria de Administração.

Nota: O quantitativo de cargos comissionados dos demais órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo encontra-se detalhado no Anexo I desse capítulo.



2.5.4. Evolução do quantitativo de cargos comissionados – 2003/2012

Em 2003, a Lei Complementar estadual 49, de 31.01.2003, estabeleceu o quantitativo 1.318 cargos comissionados criados.

Com o advento da Lei Estadual 13.205, de 19.01.2007, o quantitativo de cargos comissionados criados passou para 2.070, o que representou um aumento de 57% em relação ao quantitativo fixado na lei LC 43/2003.

No início de 2011, a Lei Estadual 14.264, de 06.01.2011, alterou o quantitativo de cargos comissionados para 3.054 cargos, o que significou um aumento de 47,34% em comparação ao quantitativo fixado na Lei 13.205/2007. Nesse mesmo ano, foram publicadas 11 (onze) leis alterando o quantitativo de cargos comissionados, totalizando 3.350 cargos ao final de 2011.

No exercício de 2012, voltaram a ser aprovadas outras leis aumentando o quantitativo de cargos comissionados, passando para 3.538 cargos ao final de 2012.

Diante do exposto, verifica-se um *aumento de 2.220 cargos* comissionados, no período de 2003 a 2012, o que representa, em percentual, um crescimento de 168% .

O gráfico a seguir ilustra a evolução do quantitativo de cargos comissionados no período de 2003 a 2012.

Gráfico 5 – Evolução do Quantitativo de Cargos Comissionados do Poder Executivo - 2003/2012



Fonte: Lei Complementar Estadual 49/2003; Lei estadual 13.205/2007; Leis estaduais 14.264/14.265/14.357/14.390/14.413/14.440/14.478/14.483/14.490/14.4911/14.521/14.522/14.524 e 14.525, publicadas em 2011; Lei 14.688/14.761/14.804/14.863 e 14.896, publicadas em 2012.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

2.6. Funções gratificadas

A Constituição Federal de 1988, no artigo 37, inciso V, determina que as funções de confiança, também denominadas funções gratificadas, devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.

O Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco (Lei estadual 6.123/68 com alterações posteriores), assim dispõe sobre as funções gratificadas:

Art. 7º - Além dos cargos de provimento efetivo e em comissão, haverá funções gratificadas que atenderão a encargos de chefia, de assessoramento, de secretariado e de apoio, cometidos transitoriamente a servidores ativos.

Parágrafo Único - A lei fixará o valor da retribuição das funções gratificadas dos órgãos de administração direta, das autarquias e das fundações públicas; e o quantitativo das mesmas será estabelecido em decreto, observando os limites das disponibilidades orçamentárias e as normas de organização administrativa do Estado.

Feitas essas considerações iniciais, passa-se a relatar sobre as funções gratificadas do Poder Executivo do Estado nos itens a seguir, enfocando a remuneração e o quantitativo dessas funções.

2.6.1. Valores das funções gratificadas

As funções gratificadas do Poder Executivo do Estado estão divididas em dois grupos, conforme disposto na Lei Estadual 14.264, de 06.01.2011, a saber:

1. *Funções Gratificadas de Supervisão - símbolo FGS*, classificadas em 3 níveis: FGS-1, FGS-2 e FGS-3;
2. *Funções Gratificadas de Apoio - símbolo FGA*, classificadas em 3 níveis: FGA-1, FGA-2 e FGA-3.

O quadro a seguir apresenta os valores da remuneração das funções gratificadas, vigentes em 2012, conforme definidos na Lei estadual 14.264/2011.

Quadro 5 – Valores das funções gratificadas do Poder Executivo - em R\$ 1,00

| Denominação | Símbolo | Valor (R\$) |
|------------------------------------|---------|-------------|
| Função Gratificada de Supervisão-1 | FGS-1 | 1.200,69 |
| Função Gratificada de Supervisão-2 | FGS-2 | 732,55 |
| Função Gratificada de Supervisão-3 | FGS-3 | 488,36 |
| Função Gratificada de Apoio-1 | FGA-1 | 436,04 |
| Função Gratificada de Apoio-2 | FGA-2 | 401,16 |
| Função Gratificada de Apoio-3 | FGA-3 | 313,94 |

Fonte: Lei Estadual 14.264, de 06.01.2011



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Ressalta-se que os valores das funções gratificadas do Poder Executivo sofreram consideráveis reajustes, através da Lei estadual 14.264/2011, em relação aos valores vigentes até 2010 (Lei estadual 13.205/2007).

Conforme demonstrado na tabela a seguir, os percentuais de reajustes variaram entre 58,55% a 73,25%, os quais se revelam bem superiores à inflação do período (IPCA: 2007 – 4,46%; 2008 – 5,90%; 2009 – 4,31% e 2010 – 5,91%, segundo dados do IBGE).

Tabela 11 – Reajuste (%) do subsídio e verba de representação dos cargos comissionados - em R\$ 1,00

| Lei estadual 13.205/2007 | | Leis estadual 14.264/2011 | | % de Reajuste [(B-A)/A] |
|--------------------------|-----------|---------------------------|-----------|-------------------------|
| Símbolo | Valor (A) | Símbolo | Valor (B) | |
| FGS-1 | 693,04 | FGS-1 | 1.200,69 | 73,25% |
| FGS-2 | 462,03 | FGS-2 | 732,55 | 58,55% |
| FGS-3 | 308,02 | FGS-3 | 488,36 | 58,55% |
| FGA-1 | 275,02 | FGA-1 | 436,04 | 58,55% |
| FGA-2 | 253,02 | FGA-2 | 401,16 | 58,55% |
| FGA-3 | 198,01 | FGA-3 | 313,94 | 58,55% |

Fonte: Leis estaduais 13.205/2007 e 14.264/2011.

2.6.2. Quantitativo de funções gratificadas criadas, por símbolo, até 31.12.2012

A Lei Estadual 14.264, de 06 de janeiro de 2011, estabeleceu o quantitativo total de 7.640 funções gratificadas. Depois, ainda em 2011, foram publicadas várias leis que alteraram o quantitativo de funções gratificadas, passando para 7.772 ao final de 2011.

Durante o exercício de 2012, foram publicadas outras leis que aumentaram o quantitativo total de funções gratificadas para 7.982, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 9 - Quantitativo de funções gratificadas criadas do Poder Executivo, por símbolo, até 31.12.2012

| Símbolo | Total FGs criadas até 31.12.2011 | Quantitativo de FGs criadas em 2012 | | | Total FGs criadas em 2012 | Total FGs criadas até 31.12.2011 |
|--------------|----------------------------------|-------------------------------------|--------------|---------------|---------------------------|----------------------------------|
| | | Lei 14.661/12 | Lei 14804/12 | Lei 14.896/12 | | |
| FGS-1 | 1.637 | 8 | 25 | 86 | 119 | 1.756 |
| FGS-2 | 2.002 | 24 | 60 | | 84 | 2.086 |
| FGS-3 | 2.076 | | 4 | 3 | 7 | 2.083 |
| FGA-1 | 578 | | | | | 578 |
| FGA-2 | 991 | | | | | 991 |
| FGA-3 | 488 | | | | | 488 |
| Total | 7.772 | 32 | 89 | 89 | 210 | 7.982 |

Fonte: Leis estaduais 14.264//14.440/14.478/14.4911/14.521/14.524/Lei 186/2011, publicadas em 2011; Leis estaduais 14.661/14.804/14.896, publicadas em 2012.

Nota: FGs - funções gratificadas.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

2.6.3. Quantitativo de funções gratificadas ocupadas - em 31.12.2012

Em 31.12.2012, o quantitativo total de funções gratificadas ocupadas do Poder Executivo era de 6.985, conforme informações fornecidas pela Secretaria de Administração através do Ofício 145/2013 – SEPRI, Anexo II.

A maior parte das funções gratificadas ocupadas (73,82 %) encontrava-se na administração direta (5.156 funções). Destaca-se que a Secretaria de Defesa Social (1.993) junta com a Secretaria de Educação (877), de Saúde (523) e Secretaria Executiva de Ressocialização¹³ (480) concentravam 3.873 funções, o que representa 75,16 % das funções gratificadas da administração direta.

Tabela 12 - Quantitativo de funções gratificadas ocupadas do Poder Executivo - em 31.12.2012.

| I. Administração Direta | Quantitativo por símbolo | | TOTAL |
|---|---------------------------------|--------------|--------------|
| | CAS | DAS | |
| Órgão: | | | |
| Secretaria de Defesa Social - SDS | 806 | 1.187 | 1.993 |
| Secretaria de Educação | 103 | 420 | 523 |
| Secretaria de Saúde | 82 | 795 | 877 |
| Secretaria Executiva de Ressocialização | 205 | 275 | 480 |
| Outros Órgãos | 260 | 1.023 | 1.283 |
| Administração Direta (I): | 1.456 | 3.700 | 5.156 |
| II. Administração Indireta | Quantitativo por símbolo | | TOTAL |
| | CAS | DAS | |
| Entidade: | | | |
| UPE | 31 | 528 | 559 |
| DER | 140 | 172 | 312 |
| DETRAN | 0 | 261 | 261 |
| IRH | 16 | 142 | 158 |
| Outras Entidades | 124 | 415 | 539 |
| Administração Indireta (II): | 311 | 1.518 | 1.829 |
| PODER EXECUTIVO (I + II): | 1.767 | 5.218 | 6.985 |

Fonte: Ofício 145/2013 – SEPRI, Anexo II, da Secretaria de Administração.

Nota: O quantitativo das funções gratificadas dos demais órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo encontra-se detalhado no Anexo I desse capítulo.

2.6.4. Evolução do quantitativo de funções gratificadas – 2003/2012.

Em 2003, a Lei Complementar estadual 49, de 31 de janeiro de 2003, estabeleceu o quantitativo total de 5.800 funções gratificadas.

Com a publicação da Lei Estadual 13.205, de 19 de janeiro de 2007, o quantitativo total de funções gratificadas passou para 6.742.

¹³ A Secretaria Executiva de Ressocialização é um dos órgãos integrante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – SEDSDH.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

No início de 2011, a Lei Estadual 14.264, de 06 de janeiro de 2011, elevou o quantitativo total de funções gratificadas para 7.640. Nesse mesmo ano, foram publicadas outras leis que alteraram o quantitativo de funções gratificadas, totalizando 7.772 funções em 31.12.2011.

Ao longo do exercício de 2012, outras leis foram publicadas alterando o quantitativo de funções gratificadas, totalizando 7.982 funções em 31.12.2012.

Observa-se que houve um crescimento de 37,62% no quantitativo de funções gratificadas entre 2003 e 2012, bem menos expressivo que o crescimento dos cargos comissionados que foi de 168% no mesmo período.

O gráfico e quadro a seguir ilustra a evolução do quantitativo de funções gratificadas no período de 2003 a 2012.

Gráfico 5 – Evolução do Quantitativo de funções gratificadas do Poder Executivo - 2003/2012



Fonte: Lei Complementar Estadual 49/03; Leis 14.264//14.440/14.478/14.4911/14.521/14.524/186, publicadas em 2011; Leis 14.661/14.804/14.896, publicadas em 2012.

2.7 – Considerações Finais

A despesa com pessoal consome a maior fatia dos recursos arrecadados, como pode se observar no capítulo de gestão orçamentária, mas está sujeita à imposição fiscal de manutenção dentro dos limites estabelecidos na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Por outro lado, há a necessidade de se buscar conciliar quantidade e qualidade de pessoal nas diversas áreas do serviço público, para que não haja comprometimento da qualidade dos serviços prestados à população.

Em relação ao quadro de pessoal do Poder Executivo do Estado, verificou-se que o quantitativo de servidores ocupantes de cargo efetivos em 2012 (101.041) apresentou *redução de 1.876 servidores efetivos* em comparação a 2011 (102.917). Já o quadro de *comissionados* (3.169) obteve *acréscimo de 142 servidores* em relação a 2011 (3.027).

A *proporção* entre o quantitativo de *contratados temporários* do Poder Executivo (26.248) e o *quadro de efetivos* (101.041) era de 26% em 2012. Na *Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente*, o quantitativo de temporários representava *mais do triplo* do quadro de efetivos. Na *FUNASE* e na *Secretaria de Administração*, o quantitativo de temporários *superava* o quadro de efetivos.

A *Secretaria de Educação*, que concentrava a *maior parte dos temporários*, apresentava uma proporção de 54 % de temporários (18.049) em relação ao quadro de efetivos (33.593). Nessa Secretaria, havia *17.366 professores temporários*, ao mesmo tempo existiam *9.602 cargos vagos de professor*.

Da mesma forma, na *Secretaria de Saúde*, havia *1.249 Técnicos de Enfermagem temporários* cuja função corresponde ao cargo de *Assistente em Saúde* que apresentava *2.808 vagos*. Além de *455 Enfermeiros temporários*, *114 Fisioterapeutas temporários*, *113 Assistentes Sociais* e *71 Psicólogos temporários* cujas funções estão contempladas no cargo de *Analista em Saúde* que apresentava *802 vagos*.

Observou-se que havia *entidades criadas há mais de 10 anos* que *ainda não apresentava quadro próprio de servidores efetivos*, a saber: *FUNAPE, ARPE e FACEPE*. FUNAPE e FACEPE não possuíam sequer cargos efetivos criados, enquanto a ARPE apresentava a totalidade dos cargos criados ainda vagos (94 cargos).

A *Controladoria Geral do Estado* apresentava *percentual de vacância elevado* (57% dos cargos criados estão vagos), mas o concurso aberto em 2010, que ofereceu *82 vagas* para analista de controle interno, *não teve a 2ª etapa* (curso de formação) *realizada até 2012*. Há apenas uma previsão de que essa etapa ocorra a partir do dia 30 de outubro de 2013, condicionada ao enquadramento no limite abaixo do Alerta de Responsabilidade Fiscal, conforme informado pela Secretaria de Administração.

A *Secretaria de Educação* e a *Secretaria de Defesa Social (Polícia Civil)* apresentavam os *maiores quantitativos de cargos vagos*, no total de 19.292 cargos, correspondente a 59% dos cargos vagos do Poder Executivo (32.714). Na Secretaria de Educação, *9.602 cargos vagos eram de Professor*, existindo concurso no prazo de



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

validade. Contudo, o *quantitativo nomeado* (1.393) até 2012, foi *inferior as vagas* previstas no *edital do concurso* (3.033).

Na *Secretaria de Defesa Social (Polícia Civil)*, 3.706 cargos vagos eram de Agente de Polícia, 688 de Comissário de Polícia, 343 de Escrivão, 229 de Delegado de Polícia e 142 de Médicos Legistas. Quanto ao cargo de Agente de Polícia, existe concurso no prazo de validade até maio de 2013.

Por fim, em relação aos *cargos comissionados*, verificou-se que o quantitativo vem aumentando nos últimos anos. Em 2003, era de 1.318 (LC 49/2003). Em 2007, passou para 2.070 (Lei 13.205/2007). No início de 2011, o quantitativo era de 3.054 (Lei 14.264/2011), ainda no final de 2011 passou para 3.350. Ao final de 2012, o quantitativo de cargos criados totalizava 3.538.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

ANEXO I

Quantitativo de Cargos Comissionados do Poder Executivo - em 31.12.2012

| I. Administração Direta | Quantitativo por Símbolo | | TOTAL |
|---|---------------------------------|--------------|--------------|
| | CAS | DAS | |
| Órgão: | | | |
| Gabinete do Governador | 60 | 34 | 94 |
| Gabinete do Vice-Governador | 15 | 3 | 18 |
| Secretaria da Casa Militar | 8 | 9 | 17 |
| Sec. de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo | 17 | 21 | 38 |
| Secretaria Especial dos Esportes | 16 | 13 | 29 |
| Secretaria da Mulher | 29 | 13 | 42 |
| Secretaria da Controladoria Geral do Estado | 26 | 11 | 37 |
| Secretaria de Imprensa | 16 | 7 | 23 |
| Secretaria de Administração | 46 | 48 | 94 |
| Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos | 62 | 37 | 99 |
| Secretaria Executiva de Ressocialização | 24 | 29 | 53 |
| Secretaria de Educação | 304 | 106 | 410 |
| Secretaria da Fazenda | 135 | 33 | 168 |
| Casa Civil | 42 | 25 | 67 |
| Secretaria de Defesa Social - SDS | 68 | 72 | 140 |
| Secretaria de Transportes | 7 | 15 | 22 |
| Secretaria de Cultura | 25 | 18 | 43 |
| Secretaria de Turismo | 23 | 31 | 54 |
| Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária | 23 | 32 | 55 |
| Secretaria de Saúde | 377 | 214 | 591 |
| Secretaria de Rec. Hídricos e Energéticos | 17 | 28 | 45 |
| Secretaria de Desenvolvimento Econômico | 29 | 31 | 60 |
| Secretaria de Articulação Social e Regional | 62 | 28 | 90 |
| Conservatório | 4 | 3 | 7 |
| Secretaria de Planejamento e Gestao | 27 | 36 | 63 |
| Secretaria de Ciência e Tecnologia | 11 | 16 | 27 |
| Secretaria do Governo | 12 | 26 | 38 |
| Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade | 15 | 18 | 33 |
| Procuradoria Geral do Estado | 18 | 17 | 35 |
| Secretaria das Cidades | 17 | 41 | 58 |
| Sec. da Criança e da Juventude | 56 | 24 | 80 |
| Sec. Extraordinária da Copa 2014 | 14 | 15 | 29 |
| Administração Direta (D): | 1.605 | 1.054 | 2.659 |
| Administração Indireta | Quantitativo por Símbolo | | TOTAL |
| Entidades: | CAS | DAS | |
| A T I | 3 | 12 | 15 |
| Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de PE | 4 | 21 | 25 |
| ARPE | 18 | 19 | 37 |
| CPRH | 10 | 12 | 22 |
| DER-PE | 12 | 29 | 41 |
| DETRAN | 40 | 30 | 70 |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

| I. Administração Indireta | Quantitativo por Símbolo | | TOTAL |
|-------------------------------------|---------------------------------|--------------|--------------|
| | CAS | DAS | |
| Entidades | | | |
| DIST EST FERNANDO DE NORONHA | 28 | 13 | 41 |
| FACEPE | 6 | 5 | 11 |
| FUNAPE | 15 | 9 | 24 |
| FUNASE | 3 | 4 | 7 |
| FUNDARPE | 12 | 10 | 22 |
| HEMOPE | 4 | 10 | 14 |
| INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS | 49 | 20 | 69 |
| IPEM-PE | 12 | 12 | 24 |
| JUCEPE | 12 | 8 | 20 |
| UPE UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO | 10 | 41 | 51 |
| APAC | 3 | 14 | 17 |
| Administração Indireta (II): | 241 | 269 | 510 |
| PODER EXECUTIVO (I+II): | 1.846 | 1.323 | 3.169 |

Fonte: Ofício 145/2013 – SEPRI, Anexo I, da Secretaria de Administração do Estado de PE.

Nota: Os cargos comissionados da Defensoria Pública, no total de 12, conforme informado pela Secretaria de Administração, foram excluídas, pois ela não compõe a estrutura administrativa do Poder Executivo (Lei estadual 14.264/2011).



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

ANEXO II

Quantitativo de Funções Gratificadas do Poder Executivo - em 31.12.2012

| I. Administração Direta | Quantitativo por símbolo | | Total |
|---|---------------------------------|--------------|--------------|
| | FGA | FGS | |
| Órgãos: | | | |
| Gabinete do Governador | 16 | 25 | 41 |
| Gabinete do Vice-Governador | 4 | 4 | 8 |
| Secretaria da Casa Militar | 3 | 4 | 7 |
| Sec. de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo | 1 | 31 | 32 |
| Secretaria da Mulher | 3 | 13 | 16 |
| Secretaria da Controladoria Geral do Estado | 2 | 28 | 30 |
| Secretaria de Imprensa | 10 | 9 | 19 |
| Secretaria de Administração | 13 | 124 | 137 |
| Sec. de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos | 70 | 199 | 269 |
| Secretaria Executiva de Ressocialização | 205 | 275 | 480 |
| Secretaria de Educação | 103 | 420 | 523 |
| Secretaria da Fazenda | 22 | 172 | 194 |
| Secretaria de Transportes | 14 | 23 | 37 |
| Secretaria de Cultura | 0 | 11 | 11 |
| Secretaria de Turismo | 1 | 19 | 20 |
| Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária | 34 | 79 | 113 |
| Secretaria de Saúde | 82 | 795 | 877 |
| Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos | 9 | 17 | 26 |
| Secretaria de Desenvolvimento Econômico | 12 | 28 | 40 |
| Secretaria de Articulação Social e Regional | 2 | 6 | 8 |
| Secretaria de Planejamento e Gestão | 13 | 52 | 65 |
| Secretaria de Ciência e Tecnologia | 8 | 53 | 61 |
| Secretaria do Governo | 0 | 6 | 6 |
| Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade | 3 | 10 | 13 |
| Procuradoria Geral do Estado | 4 | 50 | 54 |
| Secretaria das Cidades | 12 | 28 | 40 |
| SDS | 806 | 1.187 | 1.993 |
| Secretaria da Criança e da Juventude | 2 | 26 | 28 |
| Secretaria Extraordinária da Copa 2014 | 2 | 6 | 8 |
| Sub-total (I): | 1.456 | 3.700 | 5.156 |
| I. Administração Indireta | Quantitativo por Símbolo | | Total |
| Entidades: | FGA | FGA | |
| A T I | 0 | 13 | 13 |
| Agência Est. de Planejamento e Pesquisa de PE | 15 | 68 | 83 |
| ARPE | 0 | 2 | 2 |
| CPRH | 14 | 51 | 65 |
| DER-PE | 140 | 172 | 312 |
| DETRAN | 0 | 261 | 261 |
| Distrito Estadual de Fernando de Noronha | 2 | 8 | 10 |
| FACEPE | 0 | 10 | 10 |
| FUNAPE | 18 | 10 | 28 |



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

| I. Administração Indireta | Quantitativo por Símbolo | | Total |
|----------------------------------|---------------------------------|--------------|--------------|
| | FGA | FGA | |
| FUNASE | 25 | 64 | 89 |
| FUNDARPE | 11 | 34 | 45 |
| HEMOPE | 24 | 109 | 133 |
| IRH | 16 | 142 | 158 |
| IPEM-PE | 8 | 19 | 27 |
| JUCEPE | 7 | 27 | 34 |
| UPE UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO | 31 | 528 | 559 |
| Sub-total (I): | 311 | 1.574 | 1.885 |
| TOTAL: | 1.767 | 5.218 | 6.985 |

Fonte: Ofício 145/2013 – SEPRI, Anexo II, da Secretaria de Administração do Estado de PE.

Nota: As funções gratificadas da Defensoria Pública, no total de 56, conforme informado pela Secretaria de Administração, foram excluídas, pois ela não compõe a estrutura administrativa do Poder Executivo (Lei estadual 14.264/2011).